

O ENSINO-APRENDIZAGEM CONTEMPORÂNEO PELO VIÉS CRÍTICO DAS VERTENTES ESTAMENTAL E PSICANALÍTICA: AVANÇO OU RETROSPECTO?

CONTEMPORARY TEACHING-LEARNING UNDER THE PSYCHOANALYTIC AND STATUS PERSPECTIVE: ADVANCE OR RETURN?

Marcos Paulo Manini¹

Christian Costa Begosso²

Fernanda Garcia Velasquez Matumoto³

MANINI, M. P.; BEGOSSO, C. C.; MATUMOTO F. G. V. O ensino-aprendizagem contemporâneo pelo viés crítico das vertentes estamental e psicanalítica: avanço ou retrospecto? **Akrópolis** Umuarama, v. 17, n. 4, p. 195-202, out./dez. 2009.

RESUMO: A educação é um direito do ser humano. Saber algo ou saber fazer algo surge da necessidade implícita de cada pessoa. As vertentes como a estamental e a psicanalítica procuram promover formas de analisar profundamente as questões reais da atividade educacional nos tempos atuais. Surge então uma nova era, cuja importância não se limita apenas ao consentimento de obrigação política ao acesso da educação, mas um dever sociocultural de inclusão das camadas mais desprovidas e discriminadas que, muitas vezes, sequer têm a possibilidade de adquirir o mínimo de conhecimento, buscando outras formas de ganhar a vida, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e, posteriormente, estabelecer suas relações sociais. Portanto, busca-se analisar esta inversão na educação do país, procurando promover ferramentas para que o acesso passe a ser efetivo às classes sociais mais desprovidas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino Superior Público; Ensino Superior Privado; Acesso.

ABSTRACT: Education is a human right. Knowledge acquisition and even the conceived ability of doing something are a result of human needs. Both status and psychoanalytic discussions lead to some deep analysis and reflection about real and recent educational questions. Then, it is not hard to understand and realize the rising of a new time, whose importance is not only limited by approvals of political obligations, but also of a social-cultural commitment with a purpose of working with the inclusion of people who have never had any opportunities to learn, people who by many reasons have just found other ways to manage their lives, trying to first survive and then, afterwards, establish their social relations. Therefore, this article searches to analyze such educational inversion in the country by searching to promote means so that the access becomes effective to minority social classes.

KEYWORDS: Education; Public Higher Education teaching; Private Higher Education; Access.

¹Graduado em Farmácia Bioquímica (UNIPAR). Especialista em Análises Clínicas (UNICHAPECÓ). Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIPAR). Mestrando em Ciências da Saúde (UEM). Professor assistente (UNIPAR).

²Bacharel em Turismo e Hotelaria. Especialista em Docência do Superior - UNIPAR

³Mestre em Direito Processual Penal. Especialista em Direito Empresarial. Coordenadora do Programa Institucional de Valoração do Magistério Superior/UNIPAR. Professora na UNIPAR – Umuarama – Campus – Sede.

Recebido em Agosto/2009

Aceito em Outubro/2009

INTRODUÇÃO

Evidentemente, há muito que se estudar, no que diz respeito ao ensino no Brasil. Dificuldades de acesso ao ensino público e nivelamento nas instituições privadas são questões que necessitam de uma importante reflexão, para que se possam avaliar as dificuldades dos estudantes ao adquirir conhecimento em suas diversas modalidades, no ensino fundamental, médio e superior.

A educação é um direito do ser humano. Saber algo ou saber fazer algo surge da necessidade implícita de cada pessoa, de acordo com Freire (1993, p. 20).

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano. De outro, da consciência que ele tem sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza “não apenas *saber que vivia* mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí.

Neste contexto, vertentes como a estamental e a psicanalítica procuram promover formas de analisar profundamente as questões reais da atividade educacional nos tempos atuais. Surge então uma nova era, na qual a importância não se limita apenas ao consentimento de obrigação política ao acesso da educação, mas um dever sócio-cultural de inclusão das camadas mais desprovidas e discriminadas que, muitas vezes, sequer têm a possibilidade de adquirir o mínimo de conhecimento, buscando outras formas de ganhar a vida, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e, posteriormente, estabelecer suas relações sociais. No entanto, apresenta-se a necessidade de transformações significativas, as quais possam trazer algo que favoreça todas as classes sociais.

De acordo com Flores (2006, p. 07), a sociedade propicia mudanças na educação, como a educação possibilita transformações na sociedade, ou seja, as transformações nas relações econômicas, políticas e sociais que ocorrem em nível mundial têm destacado a centralidade da educação, por potencializar a empregabilidade de um enorme contingente de pessoas que estão à margem do mercado de trabalho, possibilitar o aumento da produtividade e promover a cidadania.

Desta forma, pode-se averiguar a potencialidade da educação na vida do ser humano, uma vez que o conhecimento tem o poder de transformar toda uma sociedade, a qual almeja constantemente novas

mudanças e ambientes favoráveis para o desenvolvimento humano, social e cultural. Enfim, uma questão de desenvolvimento intelectual e sociológico.

Entretanto, deve-se atentar às questões educacionais, pois ainda essas questões precisam de grandes reflexões sobre a reformulação de propostas essenciais para que possibilitem o acesso a todas as classes sociais, pois a educação é um direito humano. Além disso, deve ser ressaltado que as novas reformas político-pedagógicas afirmam a necessidade evidente de inclusão social de todos os estudantes ao ensino, cuja falta muitas vezes impede que esses cheguem sequer ao ensino fundamental.

De acordo com o pensamento de Florestan Fernandes (*apud* FLORES, 2006, p. 01),

O ser humano é parte da natureza, e sua humanização se faz pela cultura, isto é, através da educação, do trabalho e de outros meios. Essa humanização não atingiu os setores espoliados, oprimidos, pobres da sociedade, os quais não chegaram a criar uma identidade profunda com a educação, a não ser em algumas áreas da sociedade... Sem essa educação de primeira qualidade, a imaginação é pobre e incapaz de dar ao homem instrumentos para transformar o mundo.

Pensando nisso, dar-se-á importância a uma análise sociológica fundamentada em dados apresentados por órgãos federais que apontam dificuldades de acesso dos alunos ao ensino em suas variadas etapas – fundamental, médio e superior –, atentando-se aos expressivos números que viabilizam a necessidade de novas propostas que venham reformular o ensino no Brasil.

Afirma-se, então, que atualmente a questão da educação deixa de ser responsabilidade política para ser uma obrigação social do desenvolvimento intelectual e humano da sociedade, buscando-se formas inclusivas para ascender esse direito a todos.

O objetivo geral deste estudo refere-se à análise, através das vertentes estamental e psicanalítica, dos impasses criados pelo planejamento didático-pedagógico e suas carências no âmbito da inclusão social no campo do conhecimento da situação da educação superior nacional, apontando as reais necessidades de acesso dos alunos ao ensino. Os objetivos específicos buscam avaliar as bases do ensino superior; pesquisar a atual situação do ensino superior no âmbito nacional e estadual; averiguar as dificuldades do ingresso de estudantes às instituições de ensino brasileiras; propor mudanças para o acesso dos estudantes ao ensino superior.

Ressalta-se que, num primeiro instante, a base deste estudo se inicia por meio de pesquisa

documental, a qual apresenta as reais necessidades das questões do ensino em âmbito nacional. Entretanto, a pesquisa bibliográfica será utilizada para que se possam fundamentar as questões teóricas que são essenciais quando se trabalha sobre um assunto tão importante, porém, deixado de lado quando se questiona a necessidade de possibilitar o acesso à educação a todos brasileiros. Assim, a idéia central deste estudo se resume numa crítica sobre as políticas de acesso ao ensino por parte da população brasileira, fundamentando-se em bases teóricas e em dados estatísticos expressivos apresentados pelos órgãos oficiais do governo federal, que apontam as divergências do ensino atual.

Contudo, seguindo este esquema, pode-se averiguar a seguir que um panorama geral da atual situação das Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil, como também, em ordem cronológica, os dados referentes aos alunos que, por situações diversas, realizam o ensino fundamental e médio em escolas públicas e acabam migrando para IES privadas e os alunos que realizam o mesmo trajeto em escolas particulares migram para IES públicas, ou seja, a real inversão do ensino no país.

A ATUAL SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação superior no Brasil tem se expandido muito recentemente, principalmente no crescimento do número de instituições privadas de educação superior e pelo aumento dos cursos oferecidos pelas mesmas nos últimos anos. Isto é claro, pela importância de inúmeros fatores, os quais contribuem para o combate ao analfabetismo, a educação inclusiva e as reformas pedagógicas do ensino. Essas, por sua vez, referem-se à estruturação do ensino brasileiro, buscando aperfeiçoar qualitativamente os propulsores da educação, como, também, a reestruturação do processo de ensino/aprendizagem, referenciando um padrão mais abrangente de interatividade entre o professor e o aluno e na forma de descentralização dos conteúdos dos currículos ora trabalhados por ambas as instituições, tanto públicas, quanto privadas, no âmbito do ensino superior.

Diante desse panorama supra citado, podemos destacar esse crescimento através de números analisados pelos censos educacionais promovidos pelos órgãos governamentais MEC – Ministério da Educação e INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais¹. Na ilustração abaixo, po-

de-se analisar o crescimento significativo das instituições privadas entre o ano de 1999 e o de 2004. Houve crescimento, nas instituições privadas de mais de 100%. No entanto, este crescimento não foi acompanhado pelas instituições públicas.

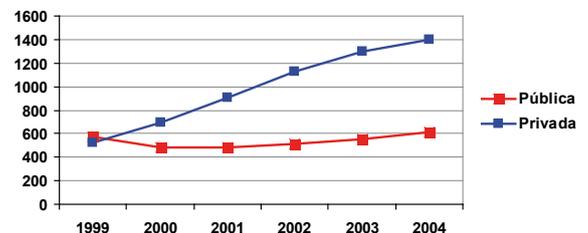


Figura 1: Crescimento das Instituições de Ensino Superior entre 1999 e 2004.

Fonte: INEP.

Entretanto, é importante salientar que este crescimento tem auxiliado para a distribuição do número de instituições atualmente instaladas no território brasileiro. O censo realizado no ano de 2004 (Disponível em: www.inep.gov.br, acessado em 15/11/2006) aponta que no Brasil há um total de 612 instituições públicas e 1.401 instituições privadas, podendo-se melhor visualizar o panorama dessas instituições de ensino superior na ilustração abaixo.

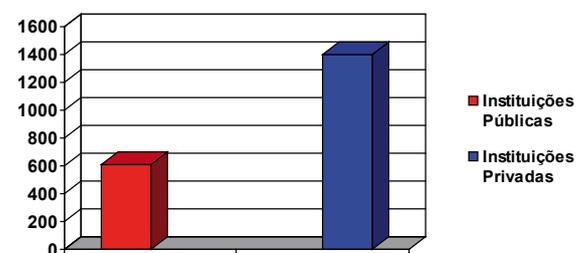


Figura 2: Panorama das Instituições de Ensino Superior no ano de 2004

Fonte: INEP.

Nesse contexto, percebe-se que no Brasil há mais instituições privadas do que instituições públicas, o que prova que são poucos os investimentos por parte do Governo Federal para a educação superior no nosso país. No entanto, com as facilidades oferecidas pelo Governo Federal em anos anteriores, quando facilmente ocorriam a abertura de instituições privadas, as quais eram subsidiadas a oferecer o ensino superior, houve considerável queda de qualida-

¹Quando se realizou a pesquisa para a confecção do presente trabalho, o atual Censo Educacional do MEC/INEP do ano de 2006 ainda não havia sido publicado.

de de ensino, exatamente pelo fato de o Governo não avaliar contundentemente o nível deste ensino. Entretanto, nos tempos atuais, analisa-se que essa situação esteja mudando, ou seja, o grau de exigência está aumentando por parte do MEC e algumas dessas instituições privadas, que não estão se enquadrando no perfil solicitado, acabam tendo que encerrar suas atividades, por ofertar ensino inferior ao estabelecido pelas reformas pedagógicas e curriculares.

Vale destacar que, mesmo com grande oferta de cursos do ensino superior, muitas pessoas ainda não conseguem ter acesso à educação e, quando conseguem, é comum que não se mantenha a permanência nesse ensino.

Daí se verifica o fenômeno da vertente estamental, que, de acordo com Fernanda Matumoto, nada mais é do que uma hierarquia de oportunidades que se inicia em ofertas abundantes para ricos (minoridade populacional brasileira) – que podem arcar com os valores altíssimos de um bom ensino fundamental e médio, e por isso ingressam nas universidades públicas – e termina em ofertas escassas, para não dizer inexistentes, para os pobres (maioria da situação populacional brasileira) – que, por não poderem arcar com uma boa base de ensino fundamental e médio, acabam desaguando nas universidades privadas, que também são completas e titulares de excelência quanto às exigências da Política Educacional de nosso país, mas, por possuírem um processo seletivo menos concorrido, acabam possibilitando maior facilidade ao seu ingresso, porém maior evasão escolar.

É, por assim dizer, a inversão dos valores educacionais: o grande “X” da educação no Brasil. Dados da reportagem da Revista VEJA, de 04 de outubro de 2006, revelam essa atual situação crítica do ensino superior brasileiro. A revista ressalta que um aluno que frequentou o ensino fundamental e médio em escola particular tem 8 vezes mais chances de ingressar numa instituição de ensino superior pública, enquanto outros alunos, que estudaram em escolas públicas, não têm esta mesma chance.

O gráfico abaixo demonstra a situação atual do ensino médio no Brasil. Refere-se que 85% de alunos que estudam nas escolas públicas, são, a maioria, de classe pobre e que 15% dos alunos pagam escolas particulares, sendo a maioria de classe média ou alta.

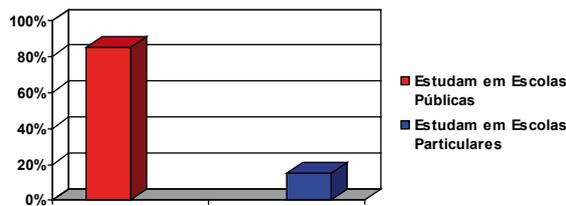


Figura 3: Situação do Ensino Médio no Brasil no ano de 2006

Fonte: Reportagem da Revista VEJA de 04 de outubro de 2006

Evidentemente, estes dados refletem diretamente no ensino superior. Ainda de acordo com a reportagem da revista, os números apresentados anteriormente ocasionam uma imensa diferença no ingresso de alunos no ensino superior público, ou seja, uma grande parcela das vagas ofertadas serão ocupadas por alunos que traçaram o caminho do ensino fundamental e médio particular. Cabe explicitar que esta situação se fixa da seguinte maneira: 58% dos alunos ricos estudam de graça nas instituições públicas e 66% dos alunos pobres pagam para estudar em instituições privadas. Aponta-se que R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) é a renda média das famílias dos alunos que estudaram em boas escolas particulares e seus pais possuem diploma de ensino superior, não sendo a realidade dos estudantes que passaram por escolas públicas, cuja renda média familiar se restringe apenas a um salário mínimo.

Entretanto, diante dos fatos ora abordados, deve-se mencionar que apenas 34% desses alunos pobres conseguiram ingressar numa universidade pública, os quais provavelmente se utilizaram de jornada dupla, aliando trabalho – muitas vezes para pagar os cursinhos preparatórios e estudos, para definitivamente conseguir o mérito de ocupar uma vaga de um curso superior público.

Assim, pode-se ressaltar que o Brasil possui o pior sistema de ensino superior público – no quesito de ofertas de vagas – pois é injusto e ineficiente para as classes mais desfavorecidas.

Um levantamento do MEC, publicado na revista supra citada, demonstra o retrato da injustiça no país. Para cursos como Medicina, Odontologia e Direito, os quais ocorrentemente são os mais disputados, apenas poucos alunos vindos da escola pública têm a felicidade de conquistar uma vaga. Outros cursos, como Comunicação Social, Engenharia Civil e Medicina Veterinária, os quais, atualmente, devido a características de remuneração de profissionais e a novas oportunidades de trabalho no mercado, estão em ascensão no índice de procura pelos candidatos. Essa realidade pode ser melhor analisada no gráfico

abaixo.

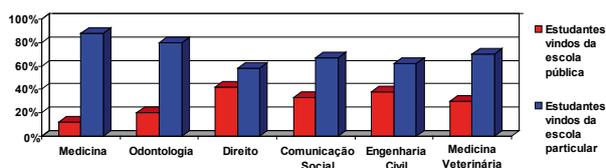


Figura 4: Índice das vagas conquistadas por estudantes em cursos de grande concorrência das Instituições de Ensino Superior Públicas

Fonte: Reportagem da Revista VEJA de 04 de outubro de 2006

Essa inversão impede cada vez mais o crescimento do ensino superior brasileiro e o aumento de universitários no Brasil, pois apenas 20% dos jovens brasileiros frequentam uma instituição de ensino superior. Dado irrisório, se comparado com alguns países vizinhos como o Chile (43%) e o Peru (32%), como também, outros países como a Coreia do Sul (89%).

Estudos realizados pelo especialista Ryon Braga e relatado na reportagem da revista VEJA, apontam que é visível a desproporção do acesso ao ensino. Nem mesmo o tão famoso programa federal ProUni – Programa Universidade Para Todos tem abrangência para atender todos os alunos carentes – “uma vaga na universidade pública custa ao governo cinco vezes mais do que subsidiar um universitário numa faculdade particular.”

Grandes países, como a Coreia do Sul e os Estados Unidos, possuem sua plataforma educacional perfeitamente estruturada, ou seja, há prioridades quando o assunto é educação. Nas instituições públicas desses países há cobrança de mensalidades dos alunos ricos. O Chile e a China, ainda em regime comunista, também adotaram a mesma política, ou seja, os alunos com poder aquisitivo maior financiam, através de mensalidades, a distribuição de bolsas e empréstimos aos mais pobres, para que os mesmos também possam cursar o ensino superior, proporcionando o acesso mais rápido e fácil às classes mais desprovidas de recursos.

É claro que o problema da inversão do acesso ao ensino superior atinge diretamente um ponto crucial e de extrema importância: a evasão escolar. Os alunos das classes mais carentes, por terem maiores facilidades de ingresso nas instituições privadas, acabam não concluindo o curso superior, por não possuírem poder aquisitivo suficiente para arcar com as despesas das altas mensalidades cobradas. Ao se comparar os dados levantados pelo INEP no ano de 2004, os quais apontam que 3.030.754 alunos ingressaram no ensino superior no ano de 2001 e apenas 528.223 alunos concluíram o ensino superior

no ano de 2003, vislumbra-se uma evasão escolar extremamente relevante, conforme se pode constatar no gráfico a seguir:

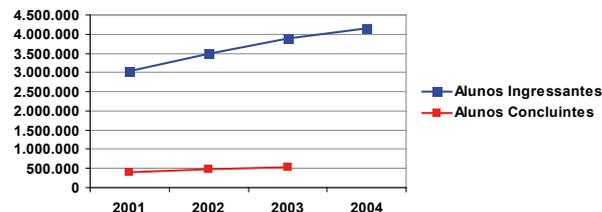


Figura 5: Alunos ingressantes e concluintes no ensino superior no Brasil

Fonte: INEP.

Sabe-se que algumas regiões brasileiras possuem altos índices de desenvolvimento de instituições de ensino. Analisando-se dados do INEP, buscou-se averiguar a distribuição dessas instituições pelos estados brasileiros. Os números são interessantes e pode-se relatar que, de todo o território nacional, no Estado do Rio Grande do Sul estão concentradas 83 (4,13%) dessas instituições. No Estado de Santa Catarina estão 94 (4,67%) e no Estado do Paraná, um dos mais desenvolvidos, estão 158 (7,84%) das instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, totalizando 335 (16,64%), somente na região Sul do Brasil. Na região Sudeste, destaca-se que no Estado de São Paulo há 504 (25,04%) instituições; no Estado do Rio de Janeiro, 118 (5,85%); no Estado de Minas Gerais, 289 (14,35%); no Estado do Espírito Santo 90 (4,48%) instituições de ensino superior, totalizando uma das maiores porcentagens de distribuição do país, ou seja, 1.001 (49,72%) instituições.

Seguindo esse panorama, na região Centro-Oeste tem-se: no Estado do Mato Grosso do Sul, 41 (2,04%); no Estado do Mato Grosso 47 (2,33%); no Estado de Goiás, 61 (3,05%); no Distrito Federal, 66 (3,28%) instituições, totalizando 215 (10,67%) instituições de ensino superior na região.

Entretanto, na região Norte, devem-se evidenciar os seguintes dados: no Estado do Tocantins, 23 (1,14%); no Estado do Acre, 07 (0,35%); no Estado do Amazonas, 18 (0,86%); no Estado do Amapá, 11 (0,55%); no Estado do Pará, 25 (1,25%); no Estado de Rondônia, 22 (1,10%); no Estado de Roraima, 12 (0,60%); instituições de ensino superior, totalizando 118 (5,85%).

Por fim, ressalta-se a região Nordeste, onde se tem: no Estado da Bahia, 99 (4,93%); no Estado de Alagoas, 24 (1,10%); no Estado do Ceará, 42 (2,09%); no Estado do Maranhão, 21 (1,02%); no Estado da Paraíba, 28 (1,41%); no Estado de Pernambuco, 77 (3,90%); no Estado de Sergipe, 11 (0,55%); no Estado do Rio Grande do Norte, 16 (0,79%); no

Estado do Piauí, 26 (1,30%) instituições de ensino superior, totalizando 344 (17,09%). O gráfico abaixo demonstra, de forma ilustrativa, a real situação dessas regiões.

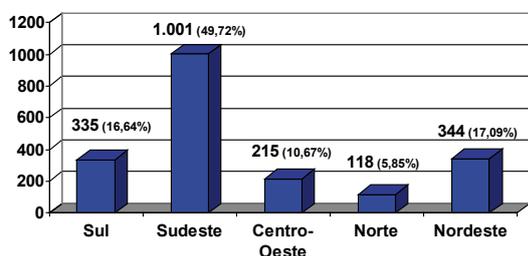


Figura 6: Distribuição das Instituições de Ensino Superior por região no Brasil
Fonte: INEP.

Dessa forma, afirma-se, através dos dados relatados, a situação das regiões brasileiras em termos de a distribuição das instituições de ensino superior, tanto públicas, quanto privadas, em seus diversos segmentos, ou seja, universidades, faculdades e centros universitários (federais, estaduais, municipais).

2.1 Acesso ao ensino superior versus permanência no ensino superior

O ensino superior no Brasil tem evoluído muito nos últimos 10 anos. Pode-se perceber essa evolução através das reformas realizadas, tanto no campo educacional, quanto na estruturação da qualificação de profissionais – quantitativamente e qualitativamente – e no crescimento de novos investimentos nesta área. Evidentemente, essas mudanças pouco avançaram em relação às metas propostas pelo Governo Federal sobre a inclusão social das classes mais baixas no ensino superior, ou seja, as cotas para negros ainda criam muitas discussões por parte das classes sociais, as quais reivindicam que esse método de inclusão passa a ser discriminatório.

Ao mesmo tempo em que se vê um crescimento exacerbado nas preocupações com o ensino, também se vê um descumprimento, por parte das autoridades, em fornecer o mínimo de infraestrutura básica, para que todas essas propostas sejam eficazmente aplicadas na íntegra. Acontece que há projetos magníficos para a qualificação da educação no nosso país. No entanto, na prática, não acontecem.

É o que se pode tratar pela alcunha científica de vertente psicanalítica, ou seja, de acordo com Fernanda Matumoto, perfaz-se como vertente psicanalítica a situação de indução ao engano que se propõe às pessoas do povo pelas autoridades educacionais.

Isso significa dizer que, diante dos dados oficiais ora apresentados, denota-se que, visualmente, as coisas nos âmbitos da educação no ensino superior até parecem que vão bem, mas na realidade vão muito mal, tendo em vista que acessar uma faculdade ou universidade não significa permanecer nesse tipo de instituição.

Nesse mesmo diapasão, preleciona o ex-Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que a educação no Brasil é filme bom, porém uma fotografia ruim, ou seja, as reformas educacionais propuseram ótimos projetos didáticos de ensino, qualificação do quadro docente, reestruturação dos currículos buscando a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e o multiculturalismo, buscando maior integração entre os conteúdos, além de promover o aumento da integração professor/aluno.

Entretanto, a ferramenta essencial para que isso aconteça inexistente, ou seja, há poucas instituições no Brasil, principalmente as públicas, que possam angariar recursos para que os objetivos ora propostos sejam realizados. Em outras palavras, não há escolas suficientes para que aconteça efetivamente o processo de ensino-aprendizagem a uma população miserável.

2.2. O ensino-aprendizagem contemporâneo pelo viés crítico das vertentes estamental e psicanalítica: avanço ou retrospecto?

É evidente que há uma inversão no processo da educação no Brasil. Alunos, por direito, poderiam estar estudando em instituições públicas, administradas pelo poder público, cujas verbas partem e são subsidiadas pelos contribuintes. Infelizmente, isso não se efetiva na prática. A pequena parcela da burguesia brasileira que prepara os seus filhos em um ensino de base de qualidade, com certo mérito, alcança o lugar tão almejado pela grande parcela miserável deste país.

Em consequência disto, surge de forma descontrolada a proliferação de IES privadas, as quais se aproveitam dessa situação deplorável para oferecer um ensino que, muitas vezes, não se enquadra nos parâmetros mínimos exigidos pelos órgãos do poder público fiscalizadores da educação no país. É claro que não se pode generalizar, uma vez que temos grandes IES privadas que, de forma idônea e perspicaz, assumem a responsabilidade de formar profissionais de qualidade, atendendo às expectativas e necessidades do mercado de trabalho.

Na verdade, atenta-se para a formação profissional dessa grande parcela, muitas vezes desprovidas de recursos, que se utiliza de IES privadas, as

quais facilitam o ingresso dos alunos, uma vez que veem como números ou mesmo cifras, mas não os adequam a oferta de infraestrutura básica necessária para realização das aulas e a formação de profissionais aptos a exercerem sua profissão. Por outro lado, cabe mencionar que, em virtude do ensino de base ser desestruturado – por ser tratar de escolas públicas, as quais hoje no Brasil estão ultrapassadas, com diversos problemas em quadro docente, recursos financeiros, capacitação, processos e reformas pedagógicas, etc –, a própria IES privada tem o dever de nivelar o ensino, pelo fato de os alunos adentrarem no ensino superior sem o conhecimento básico, o qual deveria ser adquirido nas escolas (ensino fundamental e médio), dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, acabam por comprometer a qualificação profissional dos alunos, ou seja, futuros profissionais do mercado.

Entretanto, destaca-se que, em virtude dos fatos ora comentados, muitas dessas instituições privadas se tornam mais técnicas, apenas preocupadas em transmitir os conteúdos do que instigar e proporcionar ao acadêmico uma visão crítica, aliando os ensinamentos e vivências dos docentes à prática durante o processo de ensino-aprendizagem, ampliando os objetivos profissionais de qualificação para o mercado atual tão competitivo.

Assim, a qualificação profissional é imprescindível para a competitividade e qualidade dos diversos serviços ofertados pelo mercado, proporcionando a ascensão nos ambientes de trabalho, em suas diversas modalidades e áreas de atuação. Deve-se ressaltar que inúmeras empresas buscam cada vez mais essa mão-de-obra qualificada, necessidade essa muitas vezes não atendida, por não haver pessoal qualificado, ou mesmo pela negligência da IES, que não preparou adequadamente o futuro profissional para o mercado.

Portanto, pode-se analisar que o ensino-aprendizagem brasileiro apresenta um visível retrospecto diante dos acontecimentos e da forma que o ensino se moldou. Alunos com recursos financeiros para cursar em IES privadas ocupam vagas dos que não apresentam a mesma realidade, buscando essas instituições pelas facilidades de acesso. Notavelmente, a injustiça é tratada como algo normal pelos órgãos provedores do ensino público no Brasil. Veem as dificuldades como algo irreparável, quando, por obrigação, deveriam efetivar na prática os grandiosos projetos de reformas pedagógicas, muitas vezes arquivados em uma gaveta na Esplanada dos Ministérios – DF.

A situação do ensino público no Brasil só poderá ser reparada quando de fato for proposto à

pequena classe burguesa um pagamento de uma quantia irrisória, a qual, aplicada, poderá promover o ensino a um aluno carente através de uma bolsa numa IES privada de qualidade, como já é de praxe em países como Coréia do Sul, Estados Unidos, Chile e China. Outra proposta viável é o aumento das IES técnicas, as quais poderão ofertar um ensino de qualidade em um tempo menor, qualificando profissionais para atender às exigências imediatas do mercado, gerando maior número de profissionais, qualificação de mão-de-obra, diminuição da taxa de desemprego e de analfabetismo do país.

Contudo, dentre todas as questões ora apresentadas, é preciso mencionar que, infelizmente, não cabe à sociedade a iniciativa para a implantação desse novo sistema, mas aos órgãos competentes para isso. À sociedade cabe a persistência na reivindicação de melhoras no ensino, buscando atenuar as injustiças hoje sofridas por essa grande parcela de pessoas carentes de ensino e outras necessidades imprescindíveis para a sobrevivência do ser humano.

CONCLUSÃO

A educação é um direito de todo o ser humano. Propicia a construção do homem, da sua integridade moral e ética, o seu convívio social e a troca das características culturais. Um indivíduo sem acesso à educação enfrenta diversos obstáculos perante a sociedade, como a discriminação e o preconceito, além de não poder usufruir das oportunidades ofertadas pelo mercado de trabalho.

No Brasil, há anos, vem-se analisando essa situação acerca deste propósito, ou seja, a oportunidade de educação para todos. Infelizmente, uma grande parcela da população luta contra empecilhos que impedem o acesso à mesma.

A educação superior, como vimos anteriormente, passa por grandes transformações. No entanto, dados ainda apontam que o acesso de todos está muito longe de acontecer, analisando-se a questão do ensino superior público. Há poucas vagas e muitas dessas são ocupadas por uma pequena faixa proletariada, que vivencia uma experiência de ensino de base com qualidade em escolas privadas. Talvez o grande problema possa estar no ensino de base (fundamental e médio) público, mas infelizmente não é o foco deste estudo que se encerra. O que se analisa é a situação das IES, tanto públicas, quanto privadas, e seus critérios de acesso, ingresso e oportunidades ofertadas no período, desde o ingresso ao término do ciclo do processo de ensino-aprendizagem.

Diante dos fatos ora apresentados, pode-se

perceber uma carência de incentivos ou mesmo um posicionamento eficaz dos órgãos governamentais na oferta de oportunidades aos inúmeros estudantes brasileiros que ingressam e ingressarão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C.; WEINBERG, M. O “xis” da questão da educação e como resolvê-lo. **VEJA**, São Paulo, edição 1976, p. 84-88, out. 2006.

BRASIL. Ministério de Educação. **Estatística do ensino superior**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

FLORES, U. **Inovações tecnológicas e educação do trabalhador em construção**: educação de jovens e adultos. Curitiba: Educarte, 2006.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**. 2004. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

ZIBAS, D. Escola pública versus escola privada: o fim da história. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, mar. 1997.